

Mais verbas para tratamento

05/06/2009
Correio Braziliense

Ministério anuncia plano de R\$ 117,3 milhões para aumentar acesso a medidas contra o uso de drogas e álcool, principalmente entre os jovens. Objetivo é atingir as 100 cidades com mais de 250 mil habitantes

As crianças e adolescentes usuários de substâncias psicoativas são o principal alvo do Plano Emergencial de Ampliação do Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas (Pead), lançado ontem em Brasília pelo ministro da Saúde, José Gomes Temporão. O projeto prevê um investimento de R\$ 117,3 milhões na melhoria e ampliação das ações na rede de atenção à saúde mental. Do total de recursos, R\$ 76,6 milhões serão destinados às novas medidas de combate ao uso de álcool e drogas, R\$ 21 milhões para reforçar a atual estrutura, e R\$ 19,7 milhões para qualificar os Centros de Atenção Psicossocial (Caps) já existentes. O objetivo é atingir os 100 municípios brasileiros com mais de 250 mil habitantes, além de Palmas e sete cidades que fazem fronteiras com outros países, áreas com 77,6 milhões de pessoas o equivalente a 41,2% da população.

O problema deve ser tratado como questão de saúde pública, por isso o ministério está assumindo esta responsabilidade. A abordagem será interssetorial, envolvendo governo e sociedade, e vai atingir crianças e jovens em situação de vulnerabilidade. Vamos ampliar os Caps em todo o país, aumentar a quantidade de leitos para desintoxicação, além do treinamento e capacitação profissional de mais de 4 mil profissionais, explicou Temporão, afirmando que o plano vai contar com auxílio do programa Saúde da Família, que já atende pelo menos 100 milhões de brasileiros, e do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), do Ministério da Justiça.

Em virtude do consumo crescente de álcool e drogas entre os jovens, o governo decidiu criar 2.325 novos leitos de desintoxicação nos hospitais gerais de todo o país. A ideia do plano decorre da mudança significativa que vem ocorrendo no cenário brasileiro, em especial das grandes cidades, e da necessidade de resposta do Estado, afirma Pedro Gabriel Delgado, coordenador da área técnica de Saúde Mental, Álcool e Drogas da pasta. A saúde pública não se organizou. Não era considerada como saúde pública, e sim como delinquência e maus hábitos, admitiu. Não é possível pensar em droga sem analisar o estigma e a vulnerabilidade.

Redução de danos

Atenta ao plano lançado pelo governo, a presidente da Associação de Psiquiatria do Rio de Janeiro e chefe de clínica da Santa Casa de Misericórdia do RJ, Fátima Vasconcellos, vê como importante o investimento dos recursos, mas defende mudanças no tratamento dos pacientes. O grande problema é a política de redução de danos, que prevê, por exemplo, que o dependente substitua drogas mais nocivas à saúde por drogas tidas como mais leves. Isso não existe. É preciso adotar a mesma estratégia para o combate do cigarro: o fim do consumo em definitivo, criticou.

O plano deve beneficiar jovens como Felipe*, 14 anos, que deu entrada no Hospital Psiquiátrico São Pedro, em Porto Alegre, em 28 de abril deste ano. Fumante desde os 12 anos, o garoto disse que começou a consumir o crack por curiosidade. Queria ver como era, lamentou. Um dia antes de ser internado, o menino foi acorrentado pela mãe em casa. Em recuperação, Felipe faz projetos para a sua vida. Pretendo sair e melhorar.

O Pead ainda prevê a implantação de 92 novas unidades de Caps e o credenciamento de outras 68 já existentes.